

ATA DA 389ª SESSÃO
DA SEGUNDA CÂMARA DA JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS
- JURAT

Data: 21 de outubro de 2025.	Local: Plenário da JURAT.	Horário: 14h.
Reunião nº 38/2025		
Presentes: Cristiane Stolle, Jéssica Eiselt, Oséias Colla, Rosilaine Bokorni e Dra. Francieli Cristini Schulz.		
Presidiu os trabalhos o Presidente das Câmaras de Julgamento em exercício, o Sr. Maico Bettoni, e Secretariou a Sra. Cláudia Miranda Daufenbach.		
Pauta: 1 - Aprovação de Ata, 2 - Julgamento de Processos e 3- Aprovação de ementas/Acórdãos.		
Deliberações: 1 - Aprovação da Ata da Sessão Anterior: Ata 35/2025. 2 - Julgamento de Processos: Processo SEI nº 25.0.026180-2 e 25.0.026196-9 em que é reclamante Fivea Participações Ltda, sendo relator(a) Cristiane Stolle. Assunto: Imunidade de ITBI. A relatora fez a leitura do relatório. Passada a palavra à Defensora da Fazenda Pública, Dra. Francieli Cristini Schultz, que manifestou-se pelo conhecimento e desprovemento da reclamação, com fundamento na jurisprudência do TJSC, muito especialmente da Apelação Nº 5017076-25.2022.8.24.0005/SC, assim ementada: MANDADO DE SEGURANÇA. ITBI. IMUNIDADE. CAPITAL SOCIAL. cisão e transmissão de bens imóveis. tributo sobre o excedente fixado com o valor do imóvel em condições normais de venda. teses firmadas nos temas n. 776/stf e n. 1.113/stj. RECURSO desPROVIDO. "A imunidade em relação ITBI, prevista no inciso I do § 2º do art. 156 da Constituição Federal, não alcança o valor dos bens que exceder o limite do capital social a ser integralizado" (Tema n. 796 do Supremo Tribunal Federal). "a) A base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não estando vinculada à base de cálculo do IPTU, que nem sequer pode ser utilizada como piso de tributação; b) o valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor de mercado, que somente pode ser afastada pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio (art. 148 do CTN); c) o Município não pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido unilateralmente" (Tema Repetitivo n. 1.113 do Superior Tribunal de Justiça). ACÓRDÃO: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina decidiu, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente. Acrescentou ainda que, por meio da interpretação conjunta do art. 156, II, § 2º, I, da CF, com a tese firmada no Tema n. 796/STF, resta claro que a cisão de empresas envolvendo a transmissão de bens imóveis está sujeita a incidência de ITBI, naquilo que ultrapassar o valor disposto como equiparável integralização de capital da cindida na cindenda, apurado pelo fisco. Após a fase de discussão, a relatora fez a leitura do seu voto no sentido de negar-lhe provimento, fundamentando que a imunidade não alcança o excesso entre o valor do imóvel incorporado e o limite do capital social a ser integralizado da entidade, sendo		



ATA DA 389ª SESSÃO
DA SEGUNDA CÂMARA DA JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS
- JURAT

perfeitamente viável que sobre o valor do excedente incida o ITBI sobre todos os atos de reorganização societária. Passada a palavra aos representantes da contribuinte, Dr. Thomas Edison Pereira e Dr Moysés Borges Furtado Neto. Argumentaram em síntese que, ocorreu uma cisão parcial, FPF Andromeda fez cisão para Fivea Participações. Foi concedida a imunidade condicionada a verificação da preponderância. Não há reserva de capital. Acrescentaram que há de se fazer distinção em Integralização X Cisão. Defenderam que na integralização, a imunidade é limitada ao valor subscrito. Na cisão, fusão e incorporação, a imunidade é condicionada a verificação da preponderância. Após a fala dos representantes da contribuinte, a Dra Francieli Cristini Schulz manteve seu parecer. A julgadora Jéssica Eiselt acompanhou a relatora, acrescentou que não há um posicionamento do TJSC estabelecido quanto ao Tema 796, fazendo distinção entre fusão, cisão, incorporação, não havendo embasamento para o fundamentos apresentados, impossibilitando acompanhar o entendimento administrativamente. A julgadora Rosilaine Bokorni acompanhou a relatora, esclarecendo que os Tribunais vem decidindo que o contexto é o mesmo, não fazendo distinção entre cisão, fusão e incorporação. O julgador Oséias Colla abriu divergência do voto da relatora, fundamentando que não há distinção entre integralização e cisão, mas quanto ao limite da integralização o Tema 796 não abrange quando não há uma reserva de capital, fundamentando que os Tribunais não tem entendimento pacificado quanto o Tema 796. Em relação ao Tema 1113, entende que o Município de Joinville está invertendo por não aceitar de pronto o valor declarado pelo contribuinte, que dispõe de presunção de veracidade, arbitrando a base de cálculo. **Decisão:** Acordaram os membros da 2ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade de votos, pelo conhecimento da reclamação e no mérito (3x1), negar-lhe provimento. **Processo SEI nº 24.0.278088-0, em que é reclamante Antunes & Pavesi Participações Ltda, sendo relator(a) Jéssica Eiselt. Assunto: ITBI.** A relatora fez a leitura do relatório. Passada a palavra à Dra Francieli Cristini Schulz, que manifestou-se pelo conhecimento e desprovimento da reclamação. Após a fase de discussão, a relatora fez a leitura do seu voto no sentido de negar-lhe provimento, com fundamentos da Apelação n.5017423-58.2022.8.24.0005, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o seguinte trecho, "o Município deve tributar a diferença entre o valor de mercado dos bens incorporados e o valor integralizado, independentemente da atribuição do valor contido na declaração de Imposto de Renda. O representante da contribuinte, Dr Guilherme Neumann Ribeiro, fez a sustentação oral. Após a manifestação, a Dra Francieli Cristini Schulz manteve seu parecer. A julgadora Rosilaine Bokorni acompanhou a relatora. O julgador Oséias Colla manifestou voto divergente, acrescentando que o Tema 796 não se aplica no caso em exame. A julgadora Cristiane Stolle acompanhou o voto da relatora. **Decisão:** Acordaram os membros da 2ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários

ATA DA 389ª SESSÃO
DA SEGUNDA CÂMARA DA JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS
- JURAT

- JURAT, por unanimidade de votos, pelo conhecimento da reclamação e no mérito (3x1), negar-lhe provimento. **Processo SEI nº 25.0.218981-5, em que é reclamante Farol Administradora de Bens Ltda, sendo relator(a) Rosilaine Bokorni. Assunto: Revisão de IPTU de 2025.** A relatora fez a leitura do relatório. Passada a palavra à Dra Francieli Cristini Schulz, que manifestou-se pelo conhecimento e desprovimento da reclamação, em razão do alvará de construção ter sido emitido em 15/04/2025, a obra só poderia ter iniciado a partir da emissão do alvará. Após a fase de discussão, a relatora fez a leitura do seu voto no sentido de conhecer da reclamação e, no mérito, negar-lhe provimento, haja vista, que a mesma não cumpriu os requisitos dispostos no §5º do art. 17 da LC n.º 389/2013. O representante da contribuinte, Dr Henrique Gabriel Nunes de Oliveira, fez a manifestação oral. Argumentou que o contribuinte seria penalizado duas vezes: uma para aguardar começar a obra, que só pode acontecer após emissão do alvará e também pela majoração da alíquota. Acrescentou que nem será utilizada a alíquota de 1,5% já que a obra encontra-se concluída e, trouxe fotos demonstrando a conclusão da obra. Após a manifestação, Dra Francieli Cristini Schulz manteve seu parecer. O julgador Oséias Colla votou para dar-lhe provimento, argumentando que neste caso em específico, pode-se aplicar a legislação deixando de lado o formalismo exacerbado, caso contrário não seria um ato de justiça. Fundamentou o seu voto no princípio da razoabilidade e proporcionalidade. A julgadora Cristiane Stolle acompanhou a relatora argumentando que mesmo que o contribuinte tenha peticionado o alvará em dezembro de 2024, não há expediente da Prefeitura neste período e, a autoridade não tinha sido cientificada deste protocolo. A julgadora Jéssica Eiselt acompanhou a divergência fundamentando que a Constituição fala sobre a função social do imóvel, que entende ter sido atendida, e só o fato da obra estar pronta demonstra a boa-fé do contribuinte, não sendo coerente impor uma alíquota majorada. Havendo empate, o Presidente Sr Maico Bettoni, concordou com o voto da relatora, mas neste caso específico, desempatou para dar-lhe provimento, considerando os documentos apresentados, que neste caso concreto, a obra já existia em 2024, por ter sido atendida a função social, e o contribuinte nem usaria da alíquota de obra em andamento. **Decisão:** Acordaram os membros da 2ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade de votos, pelo conhecimento da reclamação e, no mérito, por maioria de votos (3x2) com voto de desempate da Presidência, dar-lhe provimento. **Processo PTAC 2100/2021/JURAT - Protocolo nº 38965/2021, em que é reclamante Vilfredo Schulz, sendo relator(a) Rosilaine Bokorni. (Retorno - Voto Minerva). Assunto: Impugnação do Auto de Infração nº 153/2021.** O Sr Edemir Schulz, representante do contribuinte, fez-se presente para acompanhar o voto de desempate. O Presidente, Sr Maico Bettoni, proferiu seu voto no sentido de negar-lhe provimento, por se tratar

cmf

ATA DA 389ª SESSÃO
DA SEGUNDA CÂMARA DA JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS
- JURAT

de erro de fato - e não de direito - o que legitima a revisão de ofício, inclusive com efeitos retroativos, desde que respeitado o prazo decadencial. Respaludou seu voto em decisões anteriores da JURAT, como os Acórdãos nº 21/2021, nº 119/2021 e nº 71/2016, que reconhecem que a reclassificação cadastral por acesso indireto à via pública ou correção de topografia não configura mudança de critério jurídico, mas sim retificação de premissa fática equivocada. **Decisão:** Acordaram os membros da 2ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade de votos, pelo conhecimento da reclamação e, no mérito, por maioria de votos (3x2), com voto de desempate proferido pela Presidência, em negar-lhe provimento, mantendo-se a Notificação de Tributos nº 153/2021, nos termos do voto da relatora.

3 - Aprovação de ementas/Acórdãos: **Acórdão nº 181/2025:** Processo SEI nº 25.0.026180-2, em que é reclamante Fivea Participações Ltda, sendo relator(a) Cristiane Stolle. Assunto: Imunidade de ITBI. **Acórdão nº 182/2025:** Processo SEI nº 25.0.026196-9, em que é reclamante Fivea Participações Ltda, sendo relator(a) Cristiane Stolle. Assunto: Imunidade de ITBI. **Acórdão nº 183/2025:** Processo SEI nº 24.0.278088-0, em que é reclamante Antunes & Pavesi Participações Ltda, sendo relator(a) Jéssica Eiselt. Assunto: ITBI. Nada mais havendo a tratar eu, Cláudia Miranda Daufenbach lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada por mim, pelo Presidente das Câmaras, Sr. Maico Bettoni, e demais presentes.

Joinville, 21 de outubro de 2025.

Pl Roniel (Ad hoc)

Maico Bettoni
Presidente das Câmaras de Julgamento
(em exercício)

Cmnd.

Cláudia Miranda Daufenbach
Secretária

Cristiane Stolle

Francieli Cristini Schulz

Jéssica Eiselt

Oséias Colla

Rosilaine Bokorni